



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O desabafo de Bolsonaro após nova operação da PF em sua casa

TON MOLINA/STF

■ **Jair Bolsonaro desabafou e disse não acreditar que estava sendo alvo de uma nova operação da Polícia Federal, que ocorreu nesta quarta-feira, na casa do ex-presidente.**

■ Cedo pela manhã, duas viaturas da Polícia Federal (PF) estacionaram em frente à residência de Bolsonaro, no bairro do Jardim Botânico, em Brasília. Os carros estavam descaracterizados para não chamar a atenção.

■ A coluna apurou que cerca de 10 policiais vistoriaram todo o imóvel em busca de armas que o ex-presidente poderia estar escondendo. A casa ficou cheia, tendo em vista que já conta com dois policiais militares que fazem a custódia de Bolsonaro.

■ A operação de busca e apreensão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes foi minuciosa. Até mesmo o quarto de Laura, a filha adolescente de Bolsonaro, de 15 anos, foi vistoriado. Os agentes vasculharam armários, roupas, camas, banheiros, sofá, todos os móveis da residência e também a área do jardim.

■ Ainda quando os policiais estavam no local, Bolsonaro lamentou a necessidade da operação e que Laura e a esposa Michelle, que estavam presentes naquele momento, tivessem que passar pela situação. Durante a ação policial, Michelle demonstrou bastante incômodo e procurou acalmar a filha.

■ Ao final das buscas, os agentes não encontraram nenhuma arma escondida ou qualquer outro objeto que configurasse o descumprimento dos requisitos exigidos pelo ministro Alexandre de Moraes ao conceder a prisão domiciliar humanitária a Jair Bolsonaro. O regime domiciliar foi concedido por questões de saúde.

■ A coluna apurou que, desde a chegada até a saída, os agentes da PF não agiram com truculência e foram respeitosos com a família do ex-presidente.

■ Depois das buscas, Bolsonaro quis saber se o Supremo Tribunal Federal ou a Polícia Federal haviam divulgado para a imprensa a operação e o resultado da operação.

■ Ao tomar conhecimento de que nenhuma divulgação havia sido dada pelas autorida-



Operação da PF determinada por Moraes procurou armas em posse de Jair Bolsonaro

des, Bolsonaro disse que se tivessem encontrado um estilingue na casa dele, a operação teria sido divulgada com alarde, estamparia a capa de todos os jornais e tomaria conta do noticiário na televisão.

■ O ex-presidente, então, solicitou a sua equipe de advogados que emitisse uma nota para relatar o acontecido.

■ Dois dias antes da operação, a coluna Paulo Cappelli noticiou com exclusividade que Alexandre de Moraes deu um prazo de 48 horas para o Exército Brasileiro entregar à Polícia Federal oito armas de Jair Bolsonaro que estavam acauteladas com as Forças Armadas.

■ O armamento ficará apreendido e vinculado ao processo de execução penal relacionado ao ex-presidente. A decisão foi assinada no último domingo, após a defesa informar ao STF que duas armas já haviam sido entregues. Segundo os advogados, os demais armamentos permaneciam acautelados no Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília.

■ Moraes determinou: “Ao Comando do Batalhão de Polícia do Exército em Brasília que proceda a entrega das armas abaixo nominadas à Superintendência da Polícia Federal, que deverá realizar a apreensão e guarda das mesmas vinculada ao presente processo”.

■ No documento, o ministro determinou que o Exército encaminhasse imediatamente à PF oito armas, entre elas pistolas de calibres .380, .40 e 9mm, uma carabina/fuzil Springfield

calibre 7,62 mm e duas espingardas calibre 12.

■ Com a operação realizada nesta quarta-feira, fica evidente que Alexandre de Moraes quis saber se, além dessas armas, Bolsonaro tinha alguma outra escondida em casa.

■ Fabio Wajngarten, que chegou a chefiar a Secretaria de Comunicação no governo Bolsonaro, criticou a operação policial. Ele escreveu: “O famoso esculacho. Pelo presidente Jair Bolsonaro, vamos ajudar o Flávio”.

■ O senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro disse que a operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal na casa de Jair Bolsonaro foi uma “tentativa de criar uma cortina de fumaça” para atrair a atenção do noticiário enquanto ele, Flávio, cumpre agenda nos Estados Unidos para tentar evitar a imposição de novas tarifas do governo de Donald Trump contra o Brasil.

■ Durante uma live no YouTube, Flávio Bolsonaro disse: “Mais uma comprovação de que incomodamos o sistema. A todo momento, estão tentando interferir nas eleições. Hoje pela manhã, o presidente Bolsonaro tomou outra busca e apreensão, em uma clara tentativa de criar uma cortina de fumaça para dividir o noticiário enquanto eu estou trabalhando pelo Brasil nos Estados Unidos”.

■ O senador está em solo norte-americano para tentar demover o governo de Donald Trump de aplicar novas tarifas a produtos brasileiros.

PGR pede ao STF que restabeleça condenação da FIFA por caso da Copa de 14

■ A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao STF que restabeleça a condenação da FIFA em uma disputa envolvendo a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Em parecer enviado ao ministro Gilmar Mendes nesta quarta-feira (8/7), o órgão afirma que a entidade pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados a uma empresa brasileira durante as negociações para o uso de uma tecnologia na competição.

■ A manifestação foi apresentada em um recurso da SPUNI Comércio de Produtos Esportivos e Marketing, que desenvolveu o spray de barreira utilizado por árbitros de futebol. A companhia afirma que negociou durante anos com a FIFA, forneceu gratuitamente a tecnologia para testes e para a Copa do Mundo de 2014, mas teve sua marca ocultada durante a competição e acabou excluída das tratativas comerciais.

■ O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e, posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceram que a FIFA agiu com má-fé nas tratativas e condenaram a entidade ao pagamento de indenizações por danos materiais e morais. Parte dessa condenação, porém, foi anulada por uma decisão monocrática de Gilmar Mendes em maio, que agora é contestada pela PGR.

■ Na ocasião, o ministro deu parcial provimento a um recurso da FIFA e anulou trecho do acórdão do STJ que havia afastado a aplicação dos artigos 11 e 16 da Lei da Copa, que tratam da exclusividade da entidade para explorar publicidade e marcas nos locais oficiais do evento.

■ Para Gilmar Mendes, a decisão desrespeitou a cláusula de reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição ao deixar de aplicar dispositivos legais sem que o tema fosse analisado pelo órgão competente.

■ Agora, a PGR sustenta que esse entendimento deve ser revisto. O parecer afirma que a discussão nunca envolveu o controle de constitucionalidade da Lei da Copa, mas a responsabilidade civil da FIFA por suposta violação da boa-fé objetiva durante as negociações mantidas com a empresa brasileira.

■ “Não houve o afastamento da incidência dos arts. 11 e 16 da Lei da Copa com base em deliberação de controle de validade constitucional”, afirma a PGR.

■ A Procuradoria também argumenta que eventual discussão sobre violação à Constituição estaria preclusa, pois a FIFA não apresentou recurso extraordinário simultaneamente ao recurso especial quando o caso ainda tramitava nas instâncias anteriores.

Janones é notificado pelo STF e terá 15 dias para responder queixa-crime de Michelle

■ O deputado federal André Janones (Rede) foi oficialmente notificado pelo STF para apresentar defesa na queixa-crime movida pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A ordem foi expedida pelo ministro Nunes Marques, relator do caso. No mandado, o magistrado determina que Janones seja intimado para apresentar resposta no prazo de 15 dias.

■ A notificação foi encaminhada ao gabinete do parlamentar na Câmara dos Deputados por um oficial de justiça e por envelope eletrônico. “Acompanham este mandado cópias da queixa-crime e do despacho/decisão no qual foi determinada a noti-

ficação”, registra o documento.

■ A ação foi apresentada por Michelle após declarações feitas por Janones nas redes sociais. Na queixa-crime, a ex-primeira-dama acusa o deputado dos crimes de calúnia, difamação e injúria, além de pedir indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil.

■ Segundo a defesa de Michelle, Janones extrapolou os limites da imunidade parlamentar ao associá-la, sem apresentar provas, ao suposto escândalo envolvendo o Banco Master. Os advogados sustentam que as publicações tiveram o objetivo de atingir sua honra e reputação perante a opinião pública.